

Em busca das mulheres errantes: uma reflexão acerca das relações entre *flânerie* e gênero

Adriana Brito

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

O trabalho a ser exposto corresponde às elaborações iniciais de um exercício teórico que, inspirado no livro “*Flâneuse*: mulheres que caminham pela cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres” (Lauren Elkin), visa a delimitação e a caracterização da “*flâneuse*”, uma categoria idealizada com o intuito de compreender a maneira como as mulheres andam pelas cidades e as experienciam. A elaboração de um instrumento analítico como este nasce do desejo de conferir uma maior visibilidade às particularidades historicamente marginalizadas das vivências das mulheres que andam pelas ruas dos meios urbanos e do reconhecimento da necessidade da concepção de uma tipificação que seja capaz de abranger tais especificidades. Para que isso seja possível, entende-se que a formulação de uma simples versão feminina do *flâneur*, por implicar a conformação de práticas caracteristicamente femininas a um tipo que remete a uma experiência que era vivenciada exclusivamente por homens burgueses, deve ser deixada de lado, e que a “*flâneuse*” deve ser imaginada e entendida como uma “figura de direito próprio” (ELKIN, 2022).

Palavras-chave: *flâneur*; *flâneuse*; cidade; gênero.

Introdução

Em seu livro “*Flâneuse*: mulheres que caminham pela cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres”, a autora Lauren Elkin, por meio da exposição de suas próprias andanças em cidades que marcaram sua vida e das experiências que escritoras e artistas, como George Sand (pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin), Virginia Woolf, Sophie Calle e Martha Gellhorn, vivenciaram em meios urbanos com os quais tiveram um contato intenso, procura colocar trajetórias urbanas femininas, vivências que têm sido historicamente invisibilizadas, em evidência, e com isso, demonstrar que a flanagem (*flânerie*), isto é, o ato de caminhar pela cidade sem um fim previamente estabelecido, não equivale a uma atividade executada exclusivamente por homens.

Neste processo de questionamento da exclusividade masculina no que diz respeito à flanagem, Elkin reconhece que a figura do *flâneur*, apesar de ser considerada um símbolo literário de um período histórico como um todo- a modernidade-, foi construída a partir de experiências que estavam longe de ser universais, visto que elas se faziam possíveis somente para determinadas pessoas- homens que dispunham de tempo ocioso. No entanto, ela salienta que o fato das caminhadas feitas por mulheres terem sido deixadas de lado pelos intelectuais e artistas que produziram reproduções sobre a cidade não implica na inexistência delas.

A autora tem consciência de que, devido às divisões de gênero, as circunstâncias das perambulações femininas são bem distintas daquelas associadas às andanças masculinas, no entanto, para ela, isso não corresponde a uma justificativa válida para uma renúncia das primeiras, uma vez que, caso se parta do princípio de que uma *flâneur* feminina não possa existir, pois as mulheres não conseguem experienciar e apreender o meio urbano como os homens, as diversas possibilidades de interação que essas podem ter com a cidade acabam se encontrando limitadas a um modelo pautado em experiências condicionadas pela masculinidade.

Com base nesta discussão e na proposta presente no livro de que a *flâneuse*, ao invés de ser pensada como uma mera versão feminina do *flâneur*, seja entendida como uma “figura de direito próprio” (ELKIN, 2022), procurarei, neste trabalho, apresentar, de maneira sucinta, quem é o *flâneur* e o que ele representa e explorar como a divisão patriarcal entre as esferas pública e privada impacta a forma como as mulheres transitam pelos espaços públicos e as distancia do tipo de conduta que tradicionalmente caracteriza a *flânerie*.

O flâneur: um personagem característico da modernidade

No século XIX, com o crescimento e a modernização das cidades europeias e a consequente proliferação de espaços públicos voltados para o lazer, verificou-se o surgimento de uma figura que acabaria se tornando um componente chave da literatura ligada à reflexão sobre a modernidade e seu urbanismo: o *flâneur*. De acordo com a *Nineteenth-Century Encyclopaedia Larousse*, que dedicou um longo artigo ao personagem em foco, o *flâneur* seria um homem desocupado ou um artista que preencheria seu tempo ocioso com caminhadas pela cidade e com a observação da multidão. Ele estaria atrelado necessariamente às metrópoles, visto que as cidades do interior não proporcionavam muitas opções de passeios e não exibiam, como as primeiras, uma expressiva diversidade de estímulos visuais (WILSON, 2005).

No artigo “O *flâneur* invisível”, a pesquisadora Elizabeth Wilson afirma que o *flâneur* se torna uma figura conhecida em Paris em meados do século XIX, porém, a primeira referência a ele, identificada em um panfleto publicado anonimamente, data do começo do século, mais especificamente, do ano de 1806. Neste panfleto, encontrava-se a descrição de um dia na vida de um homem- Monsieur Bonhomme- que já apresentava atributos que viriam a aparecer, no futuro, na poesia de Charles Baudelaire e na análise desta elaborada por Walter Benjamin- escritos responsáveis, em grande parte, pela popularização do *flâneur* nos meios artístico e acadêmico. M. Bonhomme foi representado como um homem desocupado que, alegadamente, vivia de rendas, e gostava de gastar o seu tempo vagando por Paris e apreciando o espetáculo urbano, especialmente, as novas invenções da época. Outras características dele que foram destacadas no panfleto foram: seu interesse pela indumentária como componente da cena urbana, suas visitas recorrentes a cafés e restaurantes frequentados por escritores, jornalistas e pintores- o que pode ser interpretado como uma manifestação de interesse pela arte- e sua observação do comportamento de pessoas que faziam parte das classes mais baixas, como soldados, operários e *grisettes*.

Vale salientar que Monsieur Bonhomme anuncia qualidades que seriam entendidas como típicas do *flâneur*, o que significa que, embora ele possa ser entendido como um exemplo deste personagem, as características que tornariam este tipo distintivo ainda não tinham totalmente se desenvolvido, algo que só aconteceria na segunda metade do século, com a reforma urbana de Paris encabeçada por George-Eugène Haussmann e a ascensão da sociedade de massas. O sociólogo Renato Ortiz, no texto “Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual”, indica que a capital francesa só se tornou

uma cidade moderna, isto é, um todo integrado, após as intervenções de Haussmann, que racionalizaram o espaço urbano e, juntamente com a generalização dos transportes públicos, interligaram os pontos nevralgicos da urbes. Tal integração facilitou e expandiu a *flânerie*, visto que, em contrapartida ao período anterior à reforma, que era caracterizado por um cenário no qual os parisienses se viam isolados nos bairros em que residiam, os cidadãos passaram a usufruir de uma maior mobilidade e começaram a poder circular por áreas da cidade às quais não tinham acesso: “na sua cidade transformada numa encruzilhada cosmopolita, o parisiense tornou-se um ser desenraizado” (BENJAMIN apud ORTIZ, 2000, p. 18).

No que diz respeito à massificação da produção, é preciso pontuar que a lógica envolvida neste processo acaba se manifestando no espaço urbano através da formação de multidões, consequência da aglomeração de muitas pessoas no mesmo lugar. Este processo é fundamental na tipificação do *flâneur*, que é conhecido como um indivíduo que, ao mesmo tempo que integra a multidão, se distancia dela para poder observá-la, expressando, assim, sua natureza ambígua, entendida como uma de suas principais características: “Ele [o flâneur] pode ser visto como uma figura mitológica ou alegórica representativa do que, talvez, tenha sido a resposta mais característica às novas formas de vida que pareciam estar em desenvolvimento — a ambivalência.” (WILSON, 2005, p. 140). A ambivalência destacada no trecho selecionado também pode ser observada na tensão entre individualidade e homogeneidade, um conflito que advém da posição instável do *flâneur* na multidão. Caso ele seja engolido por esta, ele corre o risco de virar “massa” e ter sua singularidade apagada, porém, seu total destacamento dela também não é possível, visto que o tipo de observação que realiza depende do anonimato que vem com o fato de ser apenas mais um entre muitos.

A relação da mulher com a cidade e a ideologia das esferas separadas

A homogeneização consequente da multidão pode ser interpretada como uma consequência do desenvolvimento do processo de produção em larga escala. No entanto, é interessante levar em consideração que a supressão das diferenças também foi motivada pelo individualismo liberal defendido pelas revoluções burguesas, doutrina que, pautada na noção de “homem universal”, reivindica a conquista da liberdade e da igualdade por meio da libertação das pessoas de seus laços corporativos, religiosos e estamentais. O papel do liberalismo na promoção da igualdade entre os habitantes da cidade é ressaltado em “As grandes cidades e a vida do espírito”, texto no qual o

filósofo Georg Simmel chama atenção para o fato de que a metrópole seria o local do conflito mencionado no tópico anterior, porém, este é descrito em outros termos, sendo interpretado como um choque entre o individualismo liberal e o individualismo proveniente do Romantismo e da divisão social do trabalho, que representam, respectivamente, a homogeneidade/igualdade e a individualidade/singularidade (SIMMEL, 2005). Em outras palavras, percebe-se que a igualdade política alcançada com a dissolução da sociedade estamental influenciou a socialização que se dava nas ruas das cidades, que ao se dar de maneira mais horizontal, permitiu que certas hierarquias e sinais de distinção se diluíssem, o que, por sua vez, possibilitou que as pessoas passassem a desfrutar de uma sensação de anonimato.

Entretanto, apesar do entendimento de que a cidade moderna, como espaço público, equivalia a um local governado por princípios liberais, supostamente universais, como igualdade e liberdade, na prática, tais direitos não se estendiam a todos. Um grupo que não se encontrava contemplado por estes e que, portanto, não gozava do status de cidadão, correspondia às mulheres. Na época, essa exclusão era naturalizada devido à “ideologia das esferas separadas”, que consiste na noção de que as esferas pública- domínio da política e da cultura que é regido por critérios universais que são convencionais e impessoais- e privada- domínio da vida doméstica e dos laços familiares- independem uma da outra (PATEMAN, 2013). Esta divisão colaborou para o cerceamento da autonomia das mulheres, que, ao serem associadas ao lar e suas tarefas, consideradas “naturais” ao sexo feminino, acabaram sendo repelidas da esfera pública, visto que esta foi conceituada como um campo desconexo das relações cotidianas e familiares: “a masculinidade e a política seguem de mãos dadas, e tudo o que está em contraste e oposto à vida política e às virtudes políticas tem sido representado pelas mulheres, suas capacidades e tarefas vistas como naturais ao seu sexo” (PATEMAN apud CURZI, 2017, p. 21).

Outra justificativa que contribuía para a exclusão do gênero feminino do espaço público equivale à ideia de que as mulheres, por serem “subordinadas naturais” (LOCKE apud PATEMAN, 2013) de seus maridos e incapazes de pensar racionalmente, não conseguiam desfrutar da igualdade e liberdade julgadas características do indivíduo, ou seja, do sujeito que participa da política. O entendimento de que as mulheres não conseguiam ser auto suficientes, necessitando, dessa forma, unir-se a um homem (marido), e de que possuíam uma cognição distinta daquela apresentada pelo gênero masculino não só interferiu na aquisição de direitos políticos por parte das mulheres,

como também impactou sua relação com a rua. Isso fica claro no texto “Flanâncias femininas e etnografia”, quando a autora, a antropóloga Nadja Monnet, faz referência ao trabalho de Marcelo Delgado (2007), que recupera o imaginário dominante do período em que as metrópoles começavam a se formar. De acordo com este, a rua seria um lugar cheio de perigos no qual as mulheres seriam especialmente vitimizadas por causa de suas fragilidades físicas, suas vulnerabilidades mentais e sua disposição frívola e leve que não as permitia reconhecer e evitar as armadilhas desse mundo de aparências e simulacros. Com base nisso, entendia-se que elas precisavam estar sempre acompanhadas por alguém do gênero oposto. Segundo Delgado, a conotação pejorativa de “mulher pública” teria se originado deste discurso:

“[É] um personagem que de alguma forma incorpora uma irregularidade a se corrigir: ela está lá só, frente ao mundo, à espera de ser acompanhada, e ainda acompanhada por esse homem que ela espera e, de certa maneira, ela convoca, já que sua presença indica um vazio que é o vazio do homem que deveria estar ‘naturalmente’ ao seu lado.” (DELGADO apud MONNET, 2014, p. 222).

A possibilidade de existência de uma flânerie feminina

Tendo em conta as conexões criadas entre as mulheres e a esfera privada e a limitação da mobilidade feminina no meio urbano que advém disso, algumas autoras feministas enxergam o *flâneur* como uma figura essencialmente masculina e negam a possibilidade de uma *flânerie* feminina. Em “O flâneur invisível”, Elizabeth Wilson estabelece um diálogo com duas representantes desta perspectiva: as historiadoras da arte Janet Wolff e Griselda Pollock. Wilson reconhece que tanto Wolff quanto Pollock admitem que, a despeito dos discursos moralizantes do século XIX, era permitido, a certas mulheres, o acesso a alguns espaços públicos, todavia, essa informação se torna secundária nas análises das historiadoras a partir do momento em que essas casos desviantes são percebidos como infrutíferos, no sentido de serem incapazes de gerar algum tipo de mudança considerável, graças à hegemonia da ideologia citada na seção anterior e da potência do “olhar masculino” do *flâneur*, que é capaz, dentro do meio simbólico, de “aniquilar a ameaça que a mulher (castrada e com um órgão genital sinistro) representa” (POLLOCK apud WILSON, 2005, p. 147).

O caráter determinante e imutável que é conferido por Wolff e Pollock ao plano das representações é criticado por Wilson, uma vez que tal abordagem desconsidera totalmente a agência das mulheres e o impacto desta na realidade social, que ao ser

interpretada como uma “sombra pálida da ideologia” (WILSON, 2005), torna-se insensível a qualquer alteração que se dê empiricamente. Sem querer menosprezar a opressão e a exploração sofridas pelas pessoas de gênero feminino nas cidades modernas, a autora do texto em questão discorda de suas interlocutoras e opta por um enfoque que dá uma maior ênfase à natureza contraditória e móvel do meio urbano, um local que abre espaço para inúmeras possibilidades, podendo ser tanto opressor, quanto libertador. Ao fazer isso, ela encoraja pesquisadores e pesquisadoras a questionarem o discurso hegemônico do século XIX e a buscarem por experiências e narrativas de mulheres que resistiram a este padrão- iniciativa que viria a ser realizada com o esforço empreendido por Lauren Elkin na redação de seu livro. O movimento metodológico proposto por Wilson desloca as mulheres de uma posição nas quais elas são reduzidas ao papel de vítimas passivas, e as distingue como sujeitos que, historicamente, estiveram envolvidos nos conflitos relacionados à apropriação de áreas urbanas. Com a valorização e o estudo das experiências e dos percursos femininos que ocorreram e ainda ocorrem na cidade, a identificação de uma *flânerie* feminina deixa de ser uma impossibilidade, como Pollock e Wolff acreditam, transformando-se em um objeto passível de ser delineado.

Considerações finais

Levando em consideração a divisão patriarcal entre as esferas pública e privada e a falta de direitos políticos por parte das mulheres, é evidente que estas não conseguiam transitar pela cidade da mesma forma que os homens. A sua falta de liberdade, que as impedia de caminhar solitariamente pela paisagem urbana ao seu bel-prazer, e a incapacidade de se misturar com a multidão (afinal, a presença feminina não só era objeto de observação do olhar masculino, como chamava atenção em muitos contextos devido à natureza transgressiva), fazia da circulação feminina uma experiência que difere daquela que está tradicionalmente atrelada ao *flâneur*. Para que tais vivências femininas não sejam simplesmente relegadas ao esquecimento e não tenham suas especificidades deturpadas, nasce a demanda pela tipificação de uma nova figura: a *flâneuse*, uma personagem que tem suas características retiradas dos relatos e histórias de mulheres que, apesar das restrições, conseguiram ocupar e apreender o ambiente urbano de um jeito próprio.

Referências bibliográficas

CURZI, Yasmin, **“Meu nome não é psi!”**. **Assédio nas ruas e a luta dos feminismos por reconhecimento jurídico**. Rio de Janeiro, 2017. 109p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ELKIN, Lauren. ***Flâneuse: mulheres que caminham pela cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres***. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Fósforo. 2022.

MONNET, Nadja. **Flanâncias femininas e etnografia**. *Redobra*, ano 4, n. 11, p. 218-234, 2013.

ORTIZ, Renato. **Walter Benjamin e Paris- individualidade e trabalho intelectual**. *Revista Sociológica Tempo social*. São Paulo, 12 (1):11-28, maio de 2000.

PATEMAN, Carole. **Críticas à dicotomia público/privado**. in.: MIGUEL, L. e BIROLI, F. (eds.) *Teoria política feminista: textos centrais*, São Paulo: Editora Horizonte, 2013.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out. 2005.

WILSON, Elizabeth. **O flâneur invisível**. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 7, n. 11, p. 137-157, jul.-dez. 2005.